

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento da Assistência Social nos fez perceber que mesmo sendo afirmada como direito na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) continua a apresentar sintomas de não direito e uma variedade de programas, que se cria, tanto no âmbito estadual como federal, a começar pelo mais expressivo o "Comunidade Solidária", que sinaliza para Assistência Social como uma ação descontínua, potencializa um explícito retorno da Assistência como filantropia. Sintomas estes também perceptíveis em outras políticas sociais, o que nos levou a situar a proteção social nos pós-Welfare State o que ensejou, sobretudo compreender o atual contexto econômico, político e social.

Isto nos levou a construir um capítulo que além de situar a proteção social no pós-Welfare State, sobretudo exigiu que compreendesse a atual fase do capitalismo globalizado que se revelou com sua evidente dominância financeira num processo

de reestruturação produtiva que precariza o setor Trabalho, fragiliza as nações, atingindo o homem e seu meio, produzindo degradação e muita pobreza.

Avançando na tentativa de compreender a Assistência Social hoje, o porquê estaria sinalizando para uma fase recorrente, procuramos nos acercar de leituras que analisassem a implantação da LOAS. A sistematização da leitura em torno de alguns aspectos nos revelou vários deles ligados à descentralização o que nos conduziu à necessidade de considerar também o poder local, fazendo crer que a problematização devesse ser feita em torno do significado da pobreza hoje, do princípio da descentralização inscrito na Constituição de 88 e na LOAS que implica com o poder local. Revelou-se que a pobreza é a manifestação de um dos elementos da Questão Social, estava dada, assim a necessidade de aprofundar o estudo sobre a Questão Social, seus elementos e manifestações hoje.

À medida que nos acercamos das leituras sobre a descentralização, especialmente do material sistematizado a partir da implantação da LOAS, foi necessário que se buscasse situar a descentralização, perceber seus significados e determinantes nas políticas sociais no contexto brasileiro. Descentralização com suas matizes, que no Brasil possuem tons bastante diversos que vêm do poder local, com características que merecem ser melhor observadas.

A compreensão da descentralização e do poder local nos encaminhou para o espaço do município que neste contexto tem ampliado suas competências e apresenta uma nova configuração.

A manifestação de exclusão e muita pobreza, a ideologia de que isto é da natureza, a concentração de riqueza em mãos de menos titulares, que a contradição entre Capital e Trabalho está novamente exposta neste final e início do

século XXI. No sistema, do ideário de uma sociedade de homens livres, fraternos, gozando de igualdade, detectou-se novas fissuras.

O dilema de um sistema, que por um lado, possui um reconhecido avanço tecnológico e produz benesses; por outro, não resolve o problema da pobreza, pelo contrário, o amplia, excluindo um contingente cada vez maior deste "mundo maravilhoso". A Questão Social estaria se manifestando novamente? Estar-se-ia diante da necessidade de um novo contrato?

O elemento de consenso havido ao longo do Welfare State, estaria sendo questionado com o retorno do pensamento neoliberal, mesmo que a igualdade faça parte de seu ideário, neste final de século, não conta, como consequência esvazia os direitos sociais; estimula-se a iniciativa privada, com uma clara afirmação do aspecto individual, sempre com mais lucros para as "elites" do sistema, vivendo-se com fartura na sociedade do consumismo e do descartável. Para os "inúteis" do sistema, ora para eles, é o descarte, bastam-lhes as "sobras", porque eles mesmos são considerados descartáveis e sobrantes.

É um período de aprofundamento da mundialização em sua dominância financeira, quando os Fundos de Pensão se sobrepõem inclusive aos Bancos, com sua dupla natureza, de poupança dos assalariados para capital financeiro especulativo, onde também Estados e governos são substituídos por "praças financeiras".

É ainda importante registrar que a globalização não se dá por inteira, porque nem todos os lugares são interessantes para o capital. Veja-se por exemplo a concentração do capital na "Tríade Europa, Japão e América do Norte", que junto com mais os dez maiores países em desenvolvimento são receptores de 91,5% do Investimento Externo Direito, e representam 28% da população, enquanto os

demais recebem menos de 10% do investimento externo direto e representam 72% da população e claro são na maioria muito pobres (HIRST e THOMPSON, 1998, p. 344-345).

As fronteiras entre os Estados se tornou muito porosa, os Estados nacionais se fragilizaram e os governos nacionais se converteram em administradores da penúria, tudo para manter saneado o Estado, pouco importando que se comprometa a saúde e a vida do cidadão, ou mesmo da democracia, que neste contexto parece ter pouca chance. Restabelecer a primazia política sobre o econômico é necessário. "A política precisa prevalecer sobre as tecnicidades institucionais..."(NOGUEIRA, 1998, p. 238). A sujeição do político ao financeiro é um "assalto à democracia" (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 100).

Estamos ainda numa situação de crescimento sem gerar empregos. Os lucros aumentam enquanto os empregos definham. A lógica do capital requer que se "sobreviva" sem emprego, apenas com pequenos serviços em troca de alguma "cesta" ou outros benefícios. É o princípio do *workfare*, e não do *welfare*, visando a redução dos gastos sociais e o enquadramento dos pobres na ordem social dominante, em troca de qualquer trabalho e salário (PEREIRA, 2001, p. 57).

A concorrência globalizada estará "passando as pessoas pela máquina de moer carne" já dizia POLANYI, (1980), "aniquilando assim a solidariedade social" (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 173). E não se deve esperar que as empresas, já assoberbadas com o econômico, atendam o social. É necessário lembrar que as empresas operam segundo a lógica do mercado, fornecem a quem pode comprar.

É preciso questionar "as certezas" e admitir que este é um processo, que não é irreversível, é preciso não permitir que o "mito" da globalização paralise nossas ações.

Não há dúvida de que estamos diante de uma nova manifestação da Questão Social, que deriva das relações da contradição entre Capital e Trabalho, contradições que ficam mais ou menos expostas em diferentes períodos. Entende-se que nos períodos de maior cobertura da proteção social e nos períodos de consenso ficam menos expostas. Entende-se ainda que o atual período de reestruturação do próprio capital, onde o estatuto do direito social está sendo questionado e a proteção social fica mais seletiva uma imensidão pobre e desempregada necessita da Assistência, o elemento da pauperização está cada vez mais explícito.

A Questão Social, basicamente composta dos elementos econômico e político, que se manifesta na pobreza e no elemento que a percebe, e a denuncia exigindo outro atendimento.

São as "necessidades uma vez problematizados por atores conscientes de sua situação de exploração" e com "poder de pressão" que é possível fazer a "passagem do problema de pobreza" para uma "questão Social", afirma PEREIRA (2001, p. 59).

O elemento econômico, do pós-revolução industrial, expõe um tipo diferente de pobreza, é a pobreza ligada à revolução industrial, ou seja é aquela aqui considerada como "filha da industrialização", já dizia CASTEL (1998). O próprio trabalhador é um pobre em potencial. Ou seja sua capacidade de trabalho é mera potência, uma vez que para desenvolvê-la fica na dependência para que algum proprietário do capital possa demandá-lo. Não tem como controlar a própria quantidade de oferta de trabalho, de maneira estratégica, para quando houvesse mais, procura, por exemplo, ainda, como a parcela dos trabalhadores cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para fins de valorização do

capital, é gerada uma miséria relativa à acumulação do capital. A partir da reflexão marxista, o capital recria suas desigualdades. Encontra-se aí a raiz da produção e reprodução da Questão Social na sociedade capitalista.

A Questão Social consiste portanto, na manifestação desse trabalhador pauperizado que toma consciência do problema e o denuncia, exigindo atendimento.

O elemento político está na tomada de consciência da situação de pauperismo, que procura denunciar, e de forma organizada, coletiva, cria resistência, formula projetos que lhes sejam favoráveis. Já se afirmou que, enquanto o pobre permanece quieto em seu lugar, não há Questão Social. Questão Social é o embate político que o pauperismo desencadeia.

Na Questão Social que se manifestou com a Revolução Industrial, o elemento econômico se manifesta no pobre que na revolução industrial, se vê desprovido das "solidariedades primitivas", sem trabalho, com todas as conseqüências contra ele, e mesmo na indústria se vê exposto e desprotegido.

O que caracteriza o pobre da revolução industrial não é exatamente o sem trabalho, porém está na nova forma de organização do trabalho, que expulsa um contingente significativo do processo, é uma forma de miséria que justamente acompanha o desenvolvimento da riqueza e o progresso da civilização, é a apropriação desigual dos bens, e que hoje está significativamente comprovado por estatísticas, para que possa ser negado.

A "desfiliação", a exclusão, a pauperização é um processo que está no coração da sociedade capitalista, é parte de seu modo de organização. Por isso pode-se afirmar que a exclusão interroga o conjunto da sociedade. O desemprego não é acidente de alguns mas é a condição forçada de uma expressiva parcela da sociedade que no atual contexto do modo de produção se aprofundou. É por esse

motivo que se entende que neste final de século não se está diante de uma "nova" Questão Social, são apenas novas manifestações da mesma Questão Social que resulta da contradição das relações do Capital e Trabalho, inscrita no sistema que se afirmou com a revolução industrial e hoje tem novas manifestações na reestruturação produtiva, que se entende ser muito mais a manifestação do conjunto do sistema capitalista que está numa nova fase de reestruturação. Quanto ao elemento político, na fase da afirmação capitalista da revolução industrial, o ator se manifestou basicamente na organização da classe operária. Enquanto que, na fase atual, entende-se ser um elemento ainda em construção, manifesta-se uma capilaridade de organizações que precisam ser politizadas.

Agir sobre as manifestações da pobreza e dos "problemas sociais" é uma forma reduzida de compreender a Questão Social o que só contribui para "torná-la discreta", já dizia CASTEL (1998). Políticas de integração, atendimentos imediatos, necessariamente devem impelir a fazer a travessia para a tomada de consciência, que passa pela construção de mediações que faz com que os "condenados à pobreza" pelo sistema possam constituir-se em sujeitos de um novo projeto.

Na Questão Social, hoje na fase de aprofundamento da globalização, quando o capital financeiro em seus desdobramentos privilegia nichos do capital e como consequência cada vez mais concentração da riqueza e na reestruturação produtiva, com o avanço tecnológico e flexibilidade da CLT, cada vez mais exclui trabalho, e mesmo desestabiliza "os estáveis", faz com que a sociedade se interrogue sobre um impasse: onde estaria o ponto de suportabilidade para que não se desintegre. Isso nos parece ser a justificativa de muitos "programas" de combate à pobreza, não é necessariamente, a preocupação com a "sorte" do pobre, mas com o ponto de manutenção do atual sistema.

Engajar-se em programas de combate à pobreza, pode contribuir para se travestir ainda mais a Questão Social hoje. O engajamento em ações cotidianas e imediatas não devem perder o horizonte e necessidade de politizar essas ações referi-las ao contexto da produção do capital, para que se possa oferecer condições para que o elemento da resistência possa se fortalecer.

Apresenta-se a necessidade de projetos que sinalizem para um futuro que referencie cidadania e direitos. A atenção para o novo sujeito capaz de inscrever na agenda política a atual degradação social é um ponto sensível. Detectar sinais e tentar ouvir de onde vêm as vozes desse sujeito, seja do espaço local ou mesmo quando eles já se fazem presentes nas formas mundiais alternativos que para nós se afiguram como possibilidade de que esse sujeito da resistência está se constituindo.

Mais especificamente em relação à realidade brasileira, e países periféricos, em geral, uma pobreza que se agrava a partir dos acordos com o FMI onde os serviços das dívidas externas, sobretudo, se tornam os compromissos mais importantes, não importando que milhões de pessoas vejam abaixo da linha da pobreza.

Não obstante todo esforço com a Constituição de 88 em assegurar direitos, na tentativa de afirmar políticas sociais, com a entrada no acordo do FMI, nos anos 90, estas passam ser monitoradas pelas instituições dos G&. É o retorno a um tempo em que o subalterno jurava obediência a um suserano para dele receber proteção, ainda que este o escravizasse, limitando-lhe a possibilidade de ser cidadão. A cultura política traz marcas de uma burguesia que desde o início de nossa história se instala de forma subordinada, com uma sociedade civil débil, nem sequer assimilando os valores da revolução burguesa clássica. Isto marca o poder

local com traços de paternalismo e clientelismo tão ao gosto dos governantes locais, ainda hoje, nos municípios.

Estabelecer direitos, afirmar cidadania ainda se torna difícil com um contingente de pobreza que passa dos 50% da população. Por isso as ações do governante assistencialista ainda encontram eco e fragilizam a politização das áreas da proteção social. Ganham expressão cada vez mais significativa ações alternativas em grupos normalmente em parcerias com a sociedade civil em que o atendimento pontual e imediato é o que conta no cotidiano das populações. Cessa o compromisso e volta a esmola, com as formas mais requintadas possíveis, inclusive do Estado. Apresenta-se, por isso uma importante tarefa para que nos mais diferentes espaços que hoje se constituem para o atendimento social, se apontem mediações a fim de constituir projetos com a presença de sujeitos que protagonizem ações políticas, na área da Assistência.

O Estado deixa de ser o ator principal e a sociedade civil há que fortalecer suas organizações, só assim se poderá definir novo significado para o espaço local e um novo papel para os governos municipais.

A reflexão sobre a descentralização permitiu ver, não obstante, se tenha diferentes aspectos na descentralização: na dimensão econômica sobressai o aspecto administrativo fiscal e na dimensão política, o aspecto de deslocamento do poder. De qualquer forma estão dadas as condições que possibilitam alargar o espaço da participação e a representação de mais sujeitos que cada vez ganham mais voz ativa nas decisões locais. Surge uma multiplicidade de organizações, sobretudo na sociedade civil, outros em parceria com o Estado, e uma diversidade de protagonistas públicos e privados, vão assumindo papéis que legitimam um novo espaço e dão uma nova configuração aos municípios.

No Brasil, dado o aspecto do processo histórico pós-militar, deu-se maior ênfase ao aspecto político para avançar na democratização.

Quanto ao aspecto administrativo fiscal uma enorme responsabilidade migrou para o espaço do município e dada a fragilidade estrutural dos mesmos, menos de 10% têm mais de 50 mil habitantes, já se detecta uma necessária reforma federativa. São sobretudo os fatores estruturais, relacionados à base econômica que põem os municípios na dependência das "estratégias de indução" por parte dos governos centrais para os programas sociais que estes definem e "oferecem" aos municípios. Resulta disso uma desarticulação das políticas sociais que já não encontram espaço e equipe, uma vez que estes estão assoberbados para implementar "programas" de todas as ordens que aterrizam nos municípios sem o mínimo de planejamento e critérios, que, por sua vez podem surgir e desaparecer, em curto período de tempo, sem qualquer compromisso de continuidade.

Com a internacionalização do capital os espaços locais sofreram modificações, se tornaram mais voláteis, constituiu-se uma maior interlocução requerendo maior controle, porque numa realidade contraditória, que alguns definem como espaço do cidadão parece-nos ainda estar em construção.

A Questão Social sendo uma questão estrutural, requer transformações estruturais para enfrentá-la, trata-se de qualquer forma de uma expressão da contradição entre Capital e Trabalho que precisa ser reclamada e atendida. Se neste trabalho se processou um recorte do espaço do município é por entender que o espaço local se alargou e se complexificou e é também no espaço local que a Questão Social se tornou especialmente tensa em suas manifestação do capital que precariza o trabalho resultando em desemprego que é a manifestação mais sensível da atual Questão Social. Embora a maioria das leituras que se sistematizou a partir

da implantação da LOAS, considere o aspecto virtuoso da descentralização, há também trabalhos, especialmente, os mais recentes que apontam para os limites da mesma e que orientam para que após uma década desse processo se adote postura de cautela. Exige-se novos modelos de gestão. Uma vez que com a descentralização, no espaço do município, se formam novas institucionalidades, que se organizadas em torno de um **projeto**, podem qualificar-se como espaços donde surgem os **sujeitos**, que podem e devem contribuir no fortalecimento do elemento **político** que **denuncia** a contradição que produz pobreza.

No atual contexto a pobreza migrou para o lugar da "não política, onde figura como um dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas da filantropia, afirma YAZBEK, (2001, p. 36), o que faz com que os gestores da políticas sociais públicas se transformem em meros administradores de programas sociais. A Assistência Social proclamada como direito pela LOAS, volta para o campo da filantropia esvaziando o sentido de uma política pública, com um retraimento da responsabilidade pública, e o apelo moral à solidariedade, exercido por voluntários, e até mesmo o velho clientelismo está de volta. Com a privatização e o esvaziamento do espaço público, fragilização das expressões populares, a política substituída pela técnica, novamente a assistência seletiva, focalizada na pobreza extrema, do serviço voluntário se está se volta da Assistência que predominava na lógica da *Poor Law*, Lei dos Pobres da era Elizabetiana de 1601.

Vive-se hoje uma realidade de descrédito na política e nos políticos e conseqüentemente um descrédito nas instituições, e não se deve esperar que as reformas venham das bandeiras neoliberais.

Só haverá reforma séria quando as novas instituições imaginadas para reger a representação e a conduta estatal estiverem condicionadas por uma nova articulação Estado-

sociedade, pela preocupação de abrir a política e o espaço das decisões para os mais amplos segmentos sociais. A reforma avançará na medida em que os atores políticos começarem a se reformar a si próprios (NOGUEIRA, 1998, p. 240).

Não é suficiente chegar ao poder, ou perto dele, é "preciso ganhar a sociedade, construir hegemonia" só assim se poderá fazer a transformação, política e social que o país necessita. É preciso "repor o protagonismo político com vocação universalizadora e interessado na revitalização democrática", só assim se terá uma síntese de "novas formas societais de organização e participação de novas formas estatais de representação e decisão". Ou seja "síntese de democracia direta e democracia representativa, ou seja, democracia de massas alimentadas por uma **nova idéia de política**, na qual política não se reduza a Estado, a força ou a questão institucional mas se identifique com valores, hegemonia, sociedade civil e cidadania..."(1998, p. 246).

Na medida que se ingressa num ciclo reformador desse tipo, não é somente a política e o Estado que adquirirão outra dinâmica e outro padrão de desempenho, afirma NOGUEIRA, mas, "o grande beneficiário estará mais além, no cerne mesmo da sociedade civil, que ficará então em condições reais de atuar como protagonista ativo de movimentos mais amplos e profundos de transformação " (1998, p. 247). É a necessidade de politizar os espaços alternativos das novas institucionalidades que se formam no espaço local.

Embora seja no espaço do município que se vive o aspecto mais imediato da Questão Social, onde "os supranumerários" já não contam, são, portanto, "inúteis" para o capital, por isso justifica-se nesta lógica que atendimento ao pobre, ou a inclusão, por meio de políticas sociais como direito universal não encontra amparo.

Entende-se, outrossim, uma vez que é o próprio capital que se mundializou, e expõe hoje um quadro insuportável de pobreza, requer-se que a constituição dos sujeitos também se dê nos espaços mundializados. Já se têm algumas sinalizações neste sentido nos diversos Fóruns mundiais alternativos, onde se congregam vozes de diferentes espaços, que formarão o coro de sujeitos que denunciarão as exclusões do atual sistema e se constituirão em blocos de resistência necessária para construir uma sociedade nova onde o meio ambiente e a vida humana estarão protegidos.